

Um olhar sobre o conceito de ‘Comunidades de prática’

Madalena Pinto dos Santos

O conceito de comunidade de prática, referido como tal, ganha uma visibilidade particular nas abordagens situadas da aprendizagem a partir de Jean Lave e Etienne Wenger (1991) embora, então, apenas como uma noção intuitiva, que necessitava de um tratamento mais rigoroso. Nos textos que Lave publica até 1991 é notório o seu interesse em evidenciar, discutir e reflectir sobre o carácter social e situado da cognição. Os estudos efectuados por esta autora ou os que elegia como suporte dessa reflexão realçavam, maioritariamente, as relações entre a cognição e os contextos de acção em que a cognição era estudada. Mas, já então nos desafiava a explorar novas unidades de análise, tais como “pessoas-em-acção, contextos da actividade, e actividade enquanto dialeticamente constituída por eles” (1988). No trabalho que desenvolve com Wenger, em 1991, percebe-se que o foco de atenção se afasta da cognição para se aproximar das preocupações com a aprendizagem. É então que, em paralelo com a exploração do carácter situado da aprendizagem, emerge um olhar mais focado nas comunidades de prática. A reflexão sobre o carácter situado da aprendizagem já não se concentra só na pessoa-em-acção mas nas formas de participação nas comunidades de prática em que essa acção decorre.

A partir de 1991, Lave vai continuar a sua linha de trabalho mantendo o conceito de comunidade de prática como importante sem, no entanto, se dedicar explicitamente ao seu aprofundamento teórico. Virá a ser Wenger a encarregar-se da exploração mais detalhada desta noção a par com o desenvolvimento da área de interesse em que vai focar os seus trabalhos, e que é visível no livro “Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity” que publica em

1998. Aí, o conceito de comunidade de prática, além de funcionar como “ponto de entrada de um esquema conceptual mais amplo” (pg. 5), é assumido como um elemento constitutivo do quadro teórico que o autor se propõe desenvolver. Ao optar pela exploração sistemática do que considera ser “uma parte integral das nossas vidas quotidianas” (pg. 7), ou seja, do que entende como um fenómeno familiar, Wenger desafia-se (a si próprio e aos leitores) a examinar e repensar as suas próprias intuições sobre esse conceito, de forma a conseguir “torná-lo mais útil enquanto uma ferramenta de pensamento” (pg. 7). Desta forma, propõe-nos uma noção que considero particularmente pertinente e útil enquanto ferramenta de análise e não tanto como um modelo prescritivo. Mais do que sugerir uma definição mais ou menos clara importa compreender e discutir algumas das particularidades do conceito e como é que, através dele será possível, por exemplo, descrever como é que as actividades locais são organizadas e se interligam no sistema social mais amplo, ou como é que ao constituirmo-nos como membros de comunidades de prática acabamos por negociar e experienciar o significado de pertença a organizações mais amplas.

A familiaridade do conceito e a expressão escolhida por Wenger (e Lave) para o nomear – comunidade de prática – apresentam alguns riscos que convém desde já assinalar. Por um lado, o facto de ele nos parecer familiar pode induzir, com facilidade, uma ideia de que é auto-evidente, facilmente identificável e descritível, e até não problemático. Por outro lado, o recurso à associação de dois conceitos – ‘comunidade’ e ‘prática’ – pode sugerir que um e outro coexistem sempre. Mas Wenger (1998) alerta-nos para a não obrigatoriedade de tal co-existência ao explicitar que:

“não estou a argumentar que tudo o que se pode chamar uma comunidade seja definida pela prática ou que tenha uma prática que lhe seja específica;

nem que tudo aquilo a que se pode chamar prática seja a propriedade definidora de uma comunidade claramente especificável.” (pg. 72).

Com esta salvaguarda, Wenger prepara o leitor para pensar num tipo específico de comunidade entendida como uma unidade cujos elementos constituintes (comunidade e prática) são importantes mas cada um deles contribuindo para a especificação do outro. Temos, então, por um lado, uma tentativa de focar a reflexão em determinados tipos de comunidades e, por outro lado, uma procura de clarificação das relações entre prática social e comunidade. Através do conceito de comunidade de prática, entendido como um nível intermédio de análise, Wenger torna possível olhar a localidade da prática sem, no entanto, se ficar limitado a ela.

“Focar no nível das comunidades de prática, não é glorificar o local, mas ver estes processos – negociação de significado, aprendizagem, o desenvolvimento das práticas e a formação de identidades e configurações sociais – como envolvendo interacções complexas entre o local e o global.” (pg. 133).

Com este conceito parece, então, antever-se a potencialidade de se compreender melhor os processos locais que constituem o nosso quotidiano (e que nos constituem ao participarmos nele) na interligação com a dinâmica mais ampla do mundo social em que as nossas práticas sociais têm lugar. A abordagem situada em que se incluem os autores Jean Lave e Etienne Wenger situa o conhecimento (e a aprendizagem) em comunidades de prática – “uma comunidade de prática é uma condição intrínseca para a existência de conhecimento” (Lave e Wenger, 1991, pg. 98). Desta forma, evidencia-se a acção como inseparável da vida da comunidade que a desenvolve, tornando possível ligar os indivíduos às comunidades e o cognitivo ao social.

Um breve olhar sobre o conceito de prática social

Wenger (1998) assume um conceito de prática consistente com aquela que se percebe subjacente à argumentação de Jean Lave, ou seja, entende-a como prática social. Segundo ele:

“O conceito de prática refere-se a um fazer [...] mas um fazer num contexto histórico e social que dá estrutura e significado ao que se faz. Neste sentido, prática é sempre prática social. [...] o conceito de prática salienta o carácter social e negociado tanto do explícito como do tácito das nossas vidas.” (1998, pg. 47).

Como se vê, esta noção não é entendida como limitando-se ao acto de ‘fazer’ alguma coisa. Envolve algo mais amplo e dinâmico e que, pela sua natureza social, intervém na definição de comunidades sociais de vários tipos. Por exemplo, nesta perspectiva, o acto de ‘descascar batatas’ (que se aprende através da ‘prática’ e não pela teoria, como é dito em linguagem comum) não será entendido como uma prática social, mas antes como uma pequena prática ou uma ‘prática dispersa’ que deve ser vista como fazendo parte de diversas ‘**constelações de práticas**’¹ características de práticas sociais distintas que, por sua vez, estão associadas a comunidades de práticas também diferentes (por exemplo, ao ‘ser cozinheiro’ ou ao ‘ser dona de casa’). Ou seja, uma prática social está inerentemente ligada à existência (ou à emergência) de comunidades sociais ou conjuntos de pessoas que se reconhecem mutuamente como associadas a um determinado conjunto de ‘fazer’, que desenvolvem formas

¹ A ideia de constelação é usada por Wenger (1998) para se referir a “um agrupamento de objectos estelares que são vistos como uma configuração” (pg. 126), o que chama a atenção para o ponto de vista de quem o classifica como tal. Por exemplo, aquele que já tem o estatuto de cozinheiro poderá já não reconhecer o ‘descascar de batatas’ como fazendo parte da sua prática. No entanto, se abrirmos o âmbito da descrição do que é ‘ser cozinheiro’ e nele incluirmos o processo de aprendizagem necessário até ser reconhecido nessa categoria, já será aceite que passar pelo ‘descascar batatas’ faz parte do ‘ser cozinheiro’. Neste sentido, na descrição de uma prática social, pode incluir-se um conjunto do que podemos nomear como pequenas práticas (as estrelas) que ajudam a constituir a constelação da referida prática social.

próprias e mais ou menos próximas de o 'fazer', e que, ao longo dos tempos, acabam por ser também reconhecidas pelos outros como elementos de uma dada categoria.

Todos nós, por exemplo, somos capazes de perceber alguns 'fazer' que, se considerados em si mesmos, podem parecer comuns ao cozinheiro e à dona de casa, mas que, no entanto, são facilmente reconhecidos como executados diferentemente por cada um deles e até associados a significados distintos em cada uma dessas vivências. Por exemplo, o 'descascar batatas' na vida quotidiana de uma dona de casa que cozinha em sua casa para um número reduzido de pessoas, não leva normalmente a que ela se preocupe em fazê-lo com muita antecedência em relação à hora da refeição, nem é motivo suficiente para a levar a adquirir um utensílio mais sofisticado que uma simples faca. No entanto, numa cozinha profissional a tarefa de descascar batatas é frequentemente feita com bastante antecedência em relação à hora de servir a refeição. Além disso, não é habitual que a pessoa que executa essa tarefa tenha o estatuto de cozinheiro, será mais frequente ela ser entregue a um ajudante de cozinha, ou a um aprendiz. Por sua vez, nesta mesma cozinha, é natural que existam vários tipos de instrumentos para descascar as batatas e que se desenvolvam formas de o fazer bem diferentes das habitualmente utilizadas pelas donas de casa. Ou seja, o 'fazer' do 'descascar batatas' será levado a cabo com **recursos** diversos, terá **formas de execução** diversas e estará, até, associado a **significados** e a **estatutos** diferentes conforme os tipos de práticas sociais em que se inscrevem. Ao mesmo tempo, as práticas sociais dos cozinheiros ou das donas de casa dão origem a comunidades sociais diferentes, elas próprias, por sua vez, com estatutos e reconhecimentos sociais diferentes e até com aprendizagens também elas diferentemente reconhecidas. Por exemplo,

na nossa sociedade, aprender a ser cozinheiro é aceite como exigindo uma aprendizagem formal e, por isso mesmo, profissionalizante, enquanto que aprender a ser dona de casa é visto como inerente à condição feminina, ou seja, está associado a uma ‘mera’ aprendizagem informal que, por isso, tem um estatuto social inferior (não é considerado que conduza ao desenvolvimento de saberes que venham a ser socialmente legitimados e, portanto, capazes de proporcionar um reconhecimento profissionalizante).

Dimensões da prática como coerência da comunidade

Esta passagem por algo de que todos nós dependemos no nosso quotidiano (o cozinhar) serve para nos introduzir na reflexão e discussão mais aprofundada sobre aquilo que Wenger (1998) apresenta como as características das práticas sociais que favorecem a emergência de comunidades de prática. Como este autor realça,

“uma comunidade de prática não é um mero agregado de pessoas definidas por determinadas características. O termo não é sinónimo de grupo, equipa ou rede.” (pg. 74).

Este é um dos vários alertas que Wenger faz no sentido de contrariar a aparente facilidade de identificação do que poderá ser uma comunidade de prática. Ao mesmo tempo, também não é garantido que se controle a constituição de comunidades de prática através de uma dada forma de organização. Daí que me pareça mais apropriado falar de condições potencialmente facilitadoras da emergência de comunidades de prática do que promotoras de tal emergência. As comunidades de prática não existem por decreto ou por quaisquer poderes formalmente instituídos, da mesma forma que não se impõem organizacionalmente – “uma comunidade de prática é uma estrutura emergente, nem inerentemente estável nem mutável ao acaso”

(Wenger, 1998, pg. 49). No mesmo sentido, já em 1991, Lave e Wenger afirmavam que “o termo comunidade não implica necessariamente co-presença, um grupo bem identificável, ou fronteiras socialmente visíveis” (pg. 98).

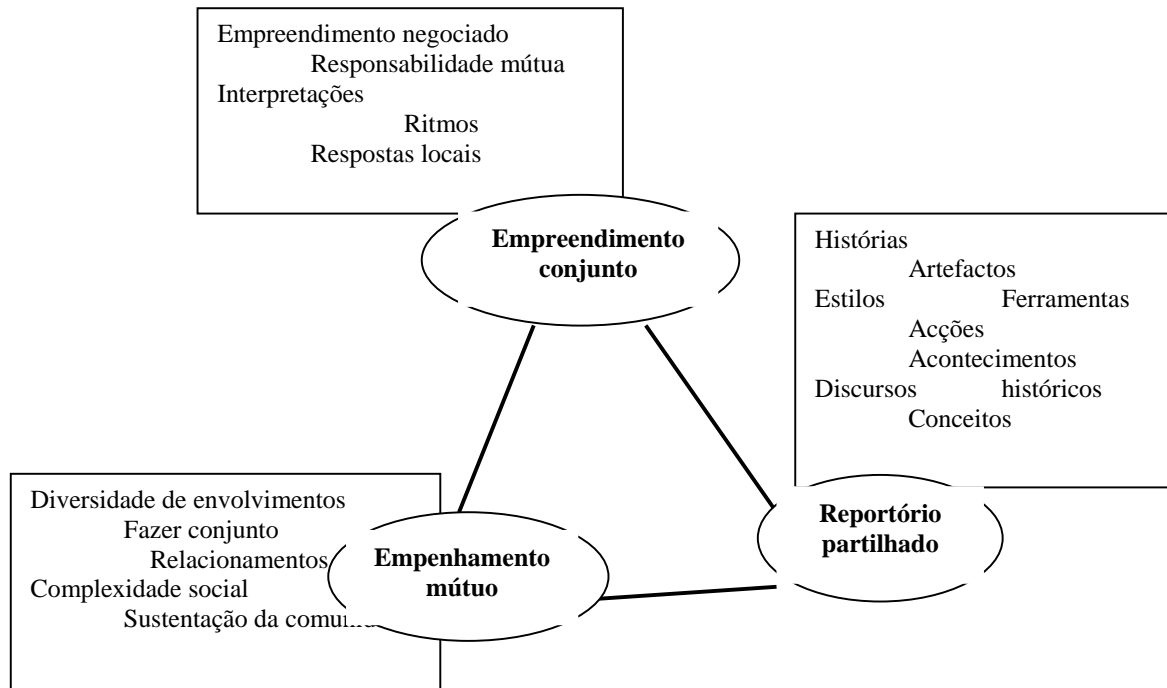


Fig. 1. Dimensões da prática como propriedade de uma comunidade
(Wenger, 1998, pg. 73)

Da análise de diversos estudos etnográficos (feitos por ele próprio ou por outros etnógrafos) Wenger salienta o que classifica como as três dimensões de comunidades de prática – um **empenhamento mútuo** (*mutual engagement*); uma **empreendimento conjunto** (*joint enterprise*); um **reportório partilhado** (*shared repertoire*). Dito de outra forma, estas são as características da prática que identifica como “fontes de coerência de comunidades de prática” (1998, pg. 73). As três dimensões inter-relacionam-se e ao pensar cada uma delas é necessário ter presente a interação com as outras. O seguinte esquema

apresentado por Wenger (1998) ajuda a pensar na referida interacção e sumariza diversos aspectos que ele identifica como pertinentes para a discussão de cada uma dessas dimensões.

Cada uma destas dimensões merece uma atenção especial mas, no presente artigo e a título de exemplo, abordarei com algum detalhe apenas uma delas – o **empenhamento mútuo** – fazendo apenas uma breve referência a cada uma das outras no final. Vejamos então como é que o empenhamento mútuo de diversos indivíduos numa prática social contribui para a construção de coerência que dá a, esse conjunto de pessoas, o sentido de uma comunidade de prática.

Condições como a proximidade física, a existência de relações pessoais, a pertença a uma dada organização ou a identificação com um dado estatuto não são, por si sós, suficientes para definir uma comunidade de prática. Mas elas ajudam, por exemplo, a promover interacções sociais que são uma das bases necessárias (embora não suficiente) para que uma prática social se desenvolva. Essas interacções são importantes pelo que permitem e contribuem para que os participantes se percebam envolvidos em algo comum (um empreendimento conjunto).

Voltemos ao exemplo dos cozinheiros e das donas de casa para reflectir sobre o contributo que as interacções sociais podem ter no desenvolvimento da coerência de uma comunidade de prática. No caso das donas de casa, nas sociedades modernas ocidentais, as actividades que constituem o seu quotidiano (de dona de casa) são levadas a cabo numa base quase sempre individual pois os núcleos familiares são cada vez restritos e autónomos, ao contrário, por exemplo, do que acontecia nas gerações anteriores em que o núcleo familiar era

alargado, com a presença de várias mulheres com diferentes graus de envolvimento e competências nas tarefas domésticas. As interações sociais em que estas mulheres participam e que se relacionam com as suas tarefas de donas de casa não ocorrem, na maioria dos casos, com outras donas de casa ou, mesmo quando o são (por exemplo, nos momentos que se cruzam nos mercados ou nos cafés em que passem alguns dos seus tempos livres) raramente têm força suficiente para proporcionar um organizar partilhado ou uma interajuda no que cada uma tem para fazer. As interações desenvolvem-se mais com os outros elementos da família com que coabitam (e que não se identificam como donas, ou donos, de casa) ou com profissionais ou pessoas anónimas com quem têm de interagir para executar as tarefas pontuais (por exemplo, nos mercados). Ou seja, embora este tipo de interações também tenham um papel na constituição da comunidade de uma prática (por exemplo, a interação com os não participantes, os diferentes, também contribui para nos reconhecermos como elementos de um dado colectivo, entre iguais), a maioria das donas de casa, actualmente, não participa com outras num empenhamento mútuo em algo que as leve a reconhecer-se entre si como partilhando uma coerência de comunidade de prática. A classificação de 'dona de casa' (ou 'doméstica') é assumida socialmente (e pelas próprias) mais como algo que é afirmado pela negativa que pela positiva, ou seja, são donas de casa as mulheres (nunca os homens) que não exercem uma profissão socialmente reconhecida como tal. Desta forma, elas tornam-se invisíveis em termos sociais, ou seja, não são consideradas como fazendo parte do tecido social do mundo construído, gerido e partilhado pelos 'fazedores' de produtos e saberes.

No caso dos cozinheiros, nas nossas sociedades actuais já reconhecidos como profissionais (e curiosamente quase sempre referidos como sendo do sexo

masculino), as coisas passam-se de forma diferente em termos das interacções sociais que têm lugar no âmbito da sua actividade de cozinheiros. Nos seus locais de trabalho (as cozinhas) existe normalmente um conjunto de pessoas que, embora com estatutos diferentes, procuram concretizar um mesmo produto final (os cozinhados) que os leva a colaborar e a interagir uns com os outros. Nesse grupo as pessoas têm diferentes preocupações, idades e histórias, diferentes interesses e motivações ou até perspectivas futuras. Quer dizer, à partida (e relativamente à actividade em causa) não é um grupo uniforme mas sim diversificado. Por outro lado, a sua actividade proporciona diversos momentos de interacção social que lhes são específicos e que os distinguem dos ‘não cozinheiros’ ou seja, que os unifica. Além das normais interacções em torno da execução dos cozinhados, há outros momentos que lhes são próprios, como é o caso das suas refeições (que tomam juntos antes ou depois das horas habituais dos clientes). Mas para lá da diversidade que as pessoas já trazem consigo para a prática, o facto de trabalharem em conjunto vai ajudar não só a construir alguma homogeneidade entre eles mas também proporciona oportunidades para se construírem outras diferenças. Por exemplo, alguns desenvolvem saberes (que constituem parte do reportório partilhado) apropriados à execução de cozinhados específicos (doces, tartes, molhos,...). Mas também emergem outros aspectos ou competências que podem não ter que ver directamente com o cozinhar embora sejam importantes para a sustentação da comunidade de prática. Por exemplo, há pessoas cujo contributo se torna importante para ajudar a manutenção do clima quotidiano de trabalho agradável (por exemplo, são os pacificadores, ou os que introduzem humor nos momentos de tensão).

Mas o empenhamento mútuo envolvido na construção de uma prática social não joga só com a competência de cada um as competências dos outros

são também fundamentais sendo, portanto, importante a capacidade de interagir com as competências dos outros. Assim, a diversidade (que é própria de uma comunidade de prática e que se desenvolve ao longo da participação na prática) também se relaciona com a ideia da parcialidade dos saberes ou competências de cada participante. E isto é muito evidente no caso dos cozinheiros (e não o é no caso actual das donas de casa). Por exemplo, a variedade de competências dos diferentes colaboradores numa cozinha é, em simultâneo, um elemento de valorização do restaurante, que assim pode proporcionar um conjunto mais amplo de comidas bem executadas. Por outro lado, também constitui um elemento que facilita o quotidiano dos trabalhadores da cozinha permitindo-lhes responder às situações de uma forma organizada e apropriada às exigências institucionais, com algum prazer e menor esforço (essa forma organizacional será, por exemplo, parte do reportório partilhado que os elementos dessa comunidade desenvolvem). Ou seja, a complementaridade de papeis e de competências revela-se útil para a coerência da comunidade. No entanto, esta parcialidade podendo ser um recurso para uma comunidade de prática também pode constituir uma limitação. Tal como Wenger (1998) salienta, “numa comunidade de prática em que há interajuda, é mais importante saber dar e receber ajuda do que saber tudo sozinho” (pg. 76). Mas se cada um procurar funcionar de uma forma isolada como ‘o’ especialista numa dada área, não existirá um clima favorável para o desenvolvimento dessa sua competência o que conduzirá à estagnação não só do próprio como da comunidade local de prática a que pertence (aquela cozinha). A interacção com outros parceiros cujos saberes não sejam complementares aos do próprio mas se sobreponham (portanto, os parceiros que são seus iguais) torna-se, assim, necessária tanto para a manutenção da comunidade de prática como para o próprio prático. Ou seja, a coexistência numa comunidade de prática de competências semelhantes, a

sobreposição de competências, tem também um papel na construção da coerência da comunidade de prática (muito ligado ao papel da aprendizagem no desenrolar da prática social). Isso tanto pode acontecer dentro de uma comunidade de prática local como pode ser proporcionado por interações que tenham lugar num âmbito mais alargado de comunidades de prática. É o que acontece, por exemplo, quando se promovem grupos de trabalho, encontros, conferências, em suma, intercâmbios entre os profissionais de uma dada área.

O empenhamento mútuo, embora necessário para a constituição de uma comunidade de prática, não decorre forçosamente de uma forma pacífica ou harmoniosa. Para lá da confiança, existem conflitos, tensões e suspeição como será de esperar num conjunto de pessoas que quotidianamente co-existem. Todos nós temos consciência de que nem todos os grupos com os quais interagimos nos permitem sentirmo-nos incluídos ou, por outro lado, que nós próprios, por vezes, resistimos aos ‘convites’ para uma tal inclusão. O acesso ao que é considerado importante por determinado grupo de pessoas (conhecimentos, informações, pequenas histórias, rituais) decorre da preocupação que existe (tanto no colectivo como em cada indivíduo) com a sustentação do empenhamento dos diversos participantes, ou seja, do interesse na manutenção da comunidade. A ideia de “ser incluído no que importa” (Wenger, 1998, pg. 74) é um elemento subjacente à construção da sensação de empenhamento. Mas tal inclusão, sendo importante para o desenvolvimento (e o renovar) das comunidades de prática pode, por sua vez, também ser encarada como um risco (de exclusão de outros como, por exemplo, os mais velhos ou os menos bem preparados). As práticas desenrolam-se num mundo social em que interesses, poderes e estatutos estão presentes e, como diz Wenger (1998), “uma comunidade de prática não é um refúgio de comunhão (*togetherness*) nem uma

ilha de intimidade isolada das relações políticas e sociais” (pg. 77). Uma prática social, sendo uma prática partilhada, acaba por ligar de formas complexas e diversas os que se vão constituindo como participantes de uma comunidade de prática.

Como segunda característica da prática com um papel relevante para a construção da coerência da comunidade de prática, Wenger (1998) propõe a ideia de **empreendimento conjunto** ou, de forma mais específica, a “negociação de um empreendimento conjunto” (p. 77). A conjugação das duas palavras (empreendimento e conjunto) induz-nos a considerar que se refere a algo que, por um lado, apresenta características que o aproximam de um produto organizacional (como empresa) desenvolvido pela iniciativa dos vários participantes (como empreendimento que envolve iniciativa) mas salientando, por outro lado, que ele emerge da forma conjugada de actuação de várias componentes (pessoas, organização,...), o que realça o seu carácter de produção colectiva. Ao acrescentar a referência à noção de ‘negociação’, Wenger dá visibilidade não só ao tipo de processo através do qual esse empreendimento se constrói – um processo negociado entre os participantes – como ao título de posse (*ownership*) desse produto. Da construção de um produto por um conjunto de pessoas por sua iniciativa, e não por imposição ou decreto externos, emerge um sentido de apropriação e responsabilidade por aquilo que constroem. Revela-se, assim, a íntima ligação com a dimensão anterior (empenhamento mútuo) assim como uma profunda relação com questões de poder. Wenger (1998) tem uma forma sugestiva de explicar como é que o papel que o empreendimento conjunto tem relativamente à prática contribui para a coerência de uma comunidade de prática.

“Um empreendimento é um recurso de coordenação, de dar sentido, de empenhamento mútuo; é como o ritmo para a música. O ritmo não é acaso, mas também não é só constrangimento. Ele é parte do dinamismo da música, coordenando o próprio processo pelo qual ele é. Extraído do tocar (*playing*), ele torna-se fixo, estéril, sem significado, mas no tocar, ele torna-se música interpretável, participativa, e partilhável. É um recurso constitutivo da própria possibilidade da música enquanto experiência partilhada” (p. 82).

Nesta citação, Wenger entende o empreendimento como um ‘recurso de coordenação’. Mas na prossecução do empreendimento os participantes também desenvolvem recursos (físicos e simbólicos) que acabam por ter um papel importante na emergência da coerência da comunidade. Tal conjunto de recursos constitui a terceira fonte de coerência da comunidade que Wenger (1998) denomina por **reportório partilhado**. Ao envolverem-se conjuntamente na construção do empreendimento os vários membros vão ajustando as diferentes interpretações das suas acções, assim como das condições e constrangimentos que enfrentam. Nesse processo, quotidiano e dinâmico, os diversos participantes desenvolvem significados que, não sendo idênticos entre eles, se inter-relacionam e acabam por se conjugar e ganhar coerência relativamente à prática que os une. É essa coerência que, através da negociação de significados, torna possível, por exemplo, a emergência de uma compreensão partilhada do que é participar de forma competente nessa prática.

Vale a pena tornar presente a justificação que Wenger (1998) apresenta para usar o termo ‘reportório’ como denominação do “conjunto de recursos partilhados por uma comunidade” (p. 83). Segundo este autor, a ideia de reportório permite-lhe chamar a atenção para “o seu carácter de re-chamada e a sua disponibilidade para futuro empenhamento na prática” (p. 83). Mas convém não esquecer que este reportório é partilhado, ou seja, os participantes têm de

sentir que contribuem para a construção de um repertório ou, pelo menos, para a constituição do significado dos seus elementos. Não basta que se reifiquem determinados aspectos (através, por exemplo, de uma listagem de procedimentos a seguir) para se dar coerência a uma comunidade de prática. É necessário garantir a possibilidade de um espaço de participação em que a resistência e/ou transformação do que existe seja possível, em que o contributo de outros, para lá dos que já se instituíram como poder, seja não só permitido mas pertinente. Só assim, é que os diversos membros de uma comunidade reconhecem sentido na sua participação, só assim é que percebem ser valorizado o seu empenhamento e se envolvem na constituição e sustentação de um empreendimento conjunto.

Como ponto final desta breve apresentação do conceito de comunidade de prática gostaria de chamar a atenção para duas ideias que o próprio Wenger (1998) sublinha. Por um lado, ao eleger-se como foco de atenção a participação das pessoas em comunidades de prática, não se está a considerar que esta seja, por si só, uma força emancipatória, a regulação também está presente e assume uma grande dominância. A coerência local de uma comunidade de prática é, assim, tanto uma força como uma fragilidade. Por outro lado, esta perspectiva não desvaloriza a influência de outras forças (por exemplo, o controlo de instituições, de autoridades ou de indivíduos isolados), mas considera que se deve dar uma atenção particular ao modo como essas influências são “mediadas pelas comunidades nas quais os seus significados são negociados na prática.” (p. 85).

Apresentar a aprendizagem como participação em comunidades de prática torna saliente a pertinência de: por um lado, considerar fundamental a interacção entre a competência (como algo cuja definição é social) e a experiência individual dessa competência; e, por outro lado, reconhecer a importância de se

estar atento à tensão existente entre esses dois âmbitos. A definição de uma dada competência ocorre no mundo social das práticas e não se limita ao que é estabelecido no interior das comunidades de prática (a localidade em que ela é desenvolvida). Essa definição processa-se na interacção local–global pois o reconhecimento de uma dada competência é, em simultâneo, a atribuição de um valor comparativamente a outras competências. Desta forma se estabelecem, por exemplo, posições sociais entre as respectivas comunidades. Mas a experiência da competência é vivida individualmente pelo que, para um indivíduo se perceber como competente numa dada área (de saber, fazer e ser) é necessário, não só, que ele seja reconhecido localmente como tal (pelos que lhe são próximos), mas que essa sua competência tenha visibilidade no ‘jogo’ mais global de relações entre saberes. E é neste espaço de diálogo e relação que se vivem muitas tensões, pois a referida visibilidade vive lado a lado com a atribuição de posicionamentos e estatutos sociais para a qual contribui o reconhecimento e a validação das competências. Ou seja, o processo de identificar, reconhecer e atribuir valor às competências de alguém que, por vezes, pretendemos ver como objectivo e neutro, faz parte do processo de estruturação social, tendo aí um papel activo.

Referências

- Lave, J. (1988). Cognition in Practice: Mind, mathematics and culture in everyday life. Cambridge USA: Cambridge University Press.
- Lave, J., & Wenger, E. (1991). Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge, USA: Cambridge University Press.
- Wenger, E. (1998). Communities of Practice: learning, meaning and Identity. Cambridge, USA: Cambridge University Press.